

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO REGIÃO SUL-SERRANA - ESPÍRITO SANTO 2016/2017

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si celebram, de um lado, o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, entidade sindical, com sede e foro jurídico nesta Capital Vitória/ES, na Rua Constante Sodré nº 265, em Santa Lúcia, CEP. 29.055-420, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.054.717/0001-72, doravante denominado **SETPES**, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. JERSON ANTONIO PICOLI, brasileiro, casado, empresário, e do outro lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, entidade sindical de primeiro grau, com sede e foro jurídico nesta Capital, na Av. Vitória nº 2021, Bairro Nazareth, Vitória – Espírito Santo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.161.925/0001-35, doravante denominado **SINDIRODOVIÁRIOS**, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. CARLOS ROBERTO LOUZADA, brasileiro, casado, motorista, com base no Artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal e Artigo 611 § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que passará regular as relações de trabalho no período de 1º de maio de 2016 à 30 de abril de 2017, mediante as cláusulas e condições adiantes estipuladas.

CLÁUSULA 1ª – Da Abrangência:

A presente convenção regula as relações de trabalho entre os empregados e as Empresas que operam o Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros Urbano, Rodoviário Intermunicipal, Fretamento, Turismo e Escolar, sediadas na Região Sul-Serrana do Estado do Espírito Santo, compreendendo **os Municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba e Laranja da Terra.**

CLÁUSULA 2ª – Da Vigência:

A presente Convenção Coletiva tem vigência de 01(um) ano, com início em 01 de maio de 2016 e término em 30 de abril de 2017.

CLÁUSULA 3ª – Data Base:

Fica mantida a data de 1º de maio como a data base da categoria dos trabalhadores abrangidos por esta Convenção.

Carlos Roberto Louzada



CLÁUSULA 4ª – Da Correção Salarial:

A partir de 1º de maio de 2016, as empresas abrangidas por esta Convenção concederão aos seus empregados, correção salarial de 5 % (cinco por cento), incidente sobre os salários praticados em 30 de abril de 2016, admitida à proporcionalidade prevista em lei e a compensação de eventuais antecipações.

Parágrafo Único - Com o reajustamento salarial ora estipulado, o valor do piso salarial dos motoristas da categoria será:

- Motorista de Ônibus dos Serviços de Transporte por Fretamento e Turismo: R\$ 1.605,67 (Mil seiscentos e cinco reais e sessenta e sete centavos);
- Motorista de Ônibus Rodoviário Intermunicipal: R\$ 1.364,76 (Mil trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos);
- Motorista de ônibus Escolar que prestam serviço contratados pelas Prefeituras ou pela SEDU: R\$ 1.216,63 (Mil duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos);
- Cobrador e Auxiliar: R\$ 897,38 (Oitocentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos).

CLÁUSULA 5ª – Vale Alimentação/Ticket Refeição

O vale alimentação/ticket refeição atualmente percebido pelos empregados abrangidos por esta Convenção ficam reajustados passando o seu valor mensal para R\$ 410,28 (quatrocentos e dez reais e vinte e oito centavos), a partir de 1º de Maio de 2016, correspondente a 26 (vinte e seis) tickets no valor unitário de R\$ 15,77 (Quinze reais e setenta e sete centavos). Os benefícios constantes desta cláusula, sob quaisquer das formas previstas, têm caráter indenizatório e não têm natureza salarial, face o previsto na Lei nº 6.321 de 14.04.76 - Programa de Alimentação do Trabalhador e seus decretos regulamentadores, desde que as empresas abrangidas por esse Instrumento Normativo estejam cadastradas ou sejam beneficiárias do PAT.

Parágrafo Primeiro – Os vales alimentação/refeição, que poderão ser concedidos em forma de tíquetes ou de créditos em cartões, serão sempre fornecidos junto com o adiantamento salarial, na proporção dos dias efetivamente trabalhados, nas férias e nas faltas justificadas por documento hábil. Os trabalhadores das empresas não terão direito a recebimento dos vales nas faltas não justificadas.

CLÁUSULA 6ª – Pagamento e Adiantamento de Salário

As empresas efetivarão o pagamento de salários aos seus empregados até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido e, no dia 22 (vinte e dois), ou no 1º dia útil

Elizavete

imediatamente anterior, o pagamento do adiantamento salarial correspondente a 40% (quarenta por cento) dos salários.

CLÁUSULA 7ª – Jornada e Horário de Trabalho

Os motoristas, cobradores, fiscais e despachantes terão a jornada de trabalho escalonada, prevalecendo o rodízio, com o horário de 7h20min por dia de trabalho, totalizando a jornada em 44 horas semanais, admitindo-se a compensação semanal de horas.

Parágrafo Primeiro - Para os empregados que trabalham em linhas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros e nos Serviços de Transporte por Fretamento, será permitida a compensação quinzenal de horas.

Parágrafo Segundo - Aos demais empregados aplica-se à jornada de trabalho de 44 horas semanais, permitindo-se a compensação quinzenal de horas.

Parágrafo Terceiro - A critério da Empresa poderá ser exigida de seus motoristas e cobradores a prestação de serviços suplementares, podendo a duração da jornada de trabalho ser acrescida de até 4 (quatro) horas por dia, e para os fiscais poderá ser exigida até 2 horas extraordinárias por dia, permitindo-se, em qualquer caso, a compensação semanal de horas.

Parágrafo Quarto - Aos motoristas, cobradores e fiscais, fica assegurado o intervalo mínimo para descanso e alimentação de 01:00 (uma) hora que, à critério da empresa, poderá ser reduzido em menos de 1 (uma) hora e/ou fracionado em mais de 2 períodos cumpridos em intervalos menores ao final de cada viagem, desde que compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada; mantida a remuneração.

Parágrafo Quinto - É facultado à empresa empregadora a adoção de carga horária diferenciada para os empregados vinculados a segurança e apoio logístico, adotando-se como regime de trabalho, a sistemática de 12 (doze) horas de serviços por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

Parágrafo Sexto - A prestação de serviços poderá ser realizada em duas ou mais jornadas de trabalho escalonadas, com intervalo(s) intrajornada(s), totalizando o máximo de 03h00minh (três horas) para descanso e refeição, sem que haja, com tal procedimento, qualquer tipo de reconhecimento de horas extras ou remuneração correspondente, ficando os motoristas e cobradores, em tal(is) intervalo(s), liberados pela empresa, não permanecendo a sua disposição, mesmo que durante tal(is) período(s) permaneçam nas dependências da empresa, tais como em alojamentos destinados a repousos, descanso no interior dos veículos, descanso nas garagens,

nos pontos de apoio, nos terminais e/ou rodoviárias, assim como entre uma pegada/viagens e outra. Durante tempo destinado ao descanso e alimentação não poderá ser atribuído ao empregado a responsabilidade pela segurança e integridade dos veículos.

Parágrafo Sétimo - As empresas definirão os locais e horários em que ocorrerão as trocas de turno, não sendo permitida a permuta entre empregado, sem o necessário cumprimento da jornada de trabalho.

Parágrafo Oitavo - Em razão das peculiaridades e das atividades exercidas pelas empresas que operam a modalidade de Transporte de Fretamento, fica a elas assegurado o direito de, a qualquer tempo, transferir seus empregados de uma linha de ônibus para outra ou de um local de trabalho para outro, bem como ser eles integrados ao sistema de prestação multifuncional, segundo as necessidades administrativas e/ou operacionais da empresa.

Parágrafo Nono - É facultado às empresas a implantação carga horária especial para os empregados que exercem suas atividades nos setores administrativos e nas áreas técnicas, inclusive nos setores de reforma de veículos e reformadora de componentes, cingindo-se o trabalho de Segunda a Sexta-feira, com horário compensativo para folgarem aos sábados e domingos, obedecida a jornada de 44 horas semanais e respeitada a compensação quinzenal de horas.

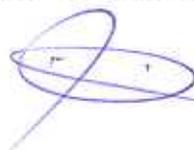
Parágrafo Décimo - Em razão das peculiaridades e das atividades exercidas pelas empresas que operam a modalidade de Transportes Rodoviários Intermunicipal de Passageiros, fica a elas asseguradas os seguintes direitos e obrigações em relação à jornada e horário de trabalho dos empregados que trabalham nas linhas intermunicipais:

a) Direito de, a qualquer tempo, transferir seus empregados de uma linha de ônibus para outra, ou de um local de trabalho para outro, ser integrado ao sistema de prestação multifuncional, segundo suas necessidades administrativas e/ou operacionais, sem obrigatoriedade de pagamento do adicional de transferência constante do parágrafo 3º, art. 469, da CLT, desde que não haja mudança, em caráter provisório, do domicílio do empregado.

b) Os empregados dos setores de administração, técnico, manutenção, tráfego e de venda de passagens, alocados em terminais e/ou estações rodoviárias, em agências de passagens ou similares, e os fiscais, poderão ter suas jornadas diárias acrescidas de horas suplementares, em até 2 (duas), obedecendo-se a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que respeitada a compensação quinzenal de horas.

c) Direito de modificar, alterar e/ou alternar os horários de prestação dos serviços dos empregados que operam tais linhas, inclusive os noturnos, com variações de

ERlanzato



linhas de ônibus e/ou horários destes, valendo tal faculdade, também para o seu pessoal de apoio logístico, administrativo e/ou operacional.

d) O empregado que exerce função de fiscal fica desobrigado do controle da jornada de trabalho pois exerce atividade externa e incompatível com a fixação de horário de trabalho, bem como com a subordinação, supervisão ou controle de jornada.”

e) O horário e o tipo de serviço do empregado que opera linha intermunicipal, será variável, dependendo da contratação. A convocação do motorista será comunicada com necessária antecedência, sempre que possível, mediante a afixação no quadro de avisos da empresa ou comunicação direta e pessoal ao empregado.

f) Nas viagens em que a empresa adotar 2 (dois) motoristas no curso da mesma viagem, o intervalo interjornada ou descanso diário de 11 horas poderá ser feito com o veículo em movimento, respeitando-se os horários de jornada de trabalho, assegurado, após 72 (setenta e duas) horas, o repouso em alojamento externo ou, se em poltrona correspondente ao serviço de leito, com o veículo estacionado.

g) As folgas semanais dos empregados que operam nas viagens turísticas, não desfrutadas por força da duração da viagem, serão concedidas de forma cumulativa quando do regresso, e quando impossível sua concessão, darão ensejo ao pagamento de dobras em igual número.

h) Nas viagens com duração superior a 7 (sete) dias, o repouso semanal será de 24 (vinte e quatro) horas por semana ou fração trabalhada, sem prejuízo do intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas, totalizando 35 (trinta e cinco) horas, usufruído no retorno do motorista à empresa (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso.

i) Nas viagens de longa duração referidas na alínea anterior (superior a 7 dias) é permitido o fracionamento do repouso semanal em 2 (dois) períodos, sendo um destes de, no mínimo, 30 (trinta) horas ininterruptas, a serem cumpridos na mesma semana e em continuidade a um período de repouso diário, que deverão ser usufruídos no retorno da viagem; permitindo-se ainda a cumulação de até 3 repouso semanais consecutivos.

CLÁUSULA 8ª – Horas Extras

As horas extras não compensadas serão remuneradas na forma como dispuser a CLT e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA 9ª – Quadro de Avisos

Será permitida afixação quadro de avisos destinados à comunicação de assuntos de interesse da categoria profissional, em local visível e de fácil acesso aos empregados vedada à divulgação de matéria político- partidária ou ofensiva a quem quer que

elaborado



seja. O material a ser fixado deverá ser enviado às empresas pelo SINDIRODOVIÁRIOS.

Parágrafo único - Eventuais prejuízos que a divulgação e comunicações venham a ocasionar a terceiros, são de inteira responsabilidade do Sindicato autor dos textos, eximindo-se as empresas de quaisquer obrigações deles decorrentes.

CLÁUSULA 10ª – Uniformes

As empresas fornecerão anualmente 02 (dois) uniformes gratuitos aos seus empregados enquadrados nas categorias de motoristas, cobradores e fiscais, sempre que seu uso for obrigatório.

Parágrafo único - As empresas que operam a modalidade de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros fornecerão, anualmente, uniforme gratuito aos seus empregados sempre que seu uso for obrigatório, na proporção de 02 (dois) uniformes por ano contratual, sendo 02 (duas) camisas, 02 (duas) calças e, por ano, 01 (um) cinto e 01 (um) par de sapatos.

CLÁUSULA 11ª – Atestados Médicos

As empresas aceitarão os atestados médicos emitidos pelo SUS e seus conveniados, bem como aqueles emitidos por médicos vinculados às empresas prestadoras de serviços médicos hospitalares e seus conveniados contratados para efeito do plano de saúde.

CLÁUSULA 12ª – Abono de Faltas Estudantis

O empregado devidamente matriculado em curso regular ou supletivo, poderá afasta-se do trabalho para realização de provas ou exames vestibulares, mediante prévia comunicação à empresa e posterior comprovação junto a esta, devendo compensar a(s) falta(s) ocorrida(s) no curso da mesma semana.

CLÁUSULA 13ª – Auxílio Funeral

A empresa concederá a título de auxílio funeral a quem de direito e comprovada a relação de dependência, conforme instituído na legislação previdenciária em caso de falecimento, por morte natural ou acidental, importância equivalente ao último salário mensal percebido.

Parágrafo único - As empresas poderão contratar seguro de vida em grupo, com previsão de indenização das despesas funerárias, referentes ao segurado titular

Eltonyada



(empregado), ficando, neste caso, desobrigadas de concederem o Auxílio Funeral, referente ao mesmo (empregado).

CLÁUSULA 14ª – Rescisão Analfabeto

As rescisões contratuais de analfabeto deverão ser efetuadas no sindicato dos empregados, independentemente de tempo de serviço.

CLÁUSULA 15ª – Seguro de Vida

As Empresas se obrigam a contratar e/ou manter, em favor de cada um dos empregados um seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, assumindo exclusivamente a obrigação de pagamento do custo, per capita mensal, de R\$ 8,43 (oito reais e quarenta e três centavos) destinado à cobertura de morte natural, morte por acidente, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral referentes às suas atividades. No caso do motorista a indenização deverá corresponder ao valor mínimo de 10 (dez) vezes o piso salarial do motorista conforme definido na cláusula 4ª.

Parágrafo Primeiro - Além dos benefícios assegurados acima, a seguradora contratada terá que garantir e conceder uma cesta básica no valor de R\$ 322,50 (trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) ao empregado que permanecer afastado por motivos de doença ou acidente, por período superior a 30 (trinta) dias, limitado a até 06 (seis) meses, cessando o fornecimento logo que o empregado retornar ao seu trabalho. A referida cesta básica será fornecida exclusivamente pela seguradora.

Parágrafo Segundo – Será de responsabilidade do SINDIRODOVIÁRIOS a escolha da seguradora e da empresa corretora de seguro, não acarretando daí qualquer ônus para os empregadores.

Parágrafo Terceiro – O SINDIRODOVIÁRIOS assumirá todos os ônus decorrentes de rescisão ou distrato dos contratos atualmente existentes, inclusive de multas neles previstas para tais eventos.

Parágrafo Quarto - Os contratos a serem celebrados pelas empresas com as seguradoras terão a interveniência do SINDIRODOVIÁRIOS.

Parágrafo Quinto - As empresas manterão o pagamento do seguro para os empregados que estejam recebendo o auxílio do INSS, pelo período máximo de 12 (doze meses), salvo na hipótese de desligamento definitivo do trabalho ou aposentadoria, a qualquer título, inclusive por invalidez.

explorados

CLÁUSULA 16ª – Livre Acesso aos Dirigentes Sindicais

As empresas permitirão o livre acesso aos membros da Diretoria efetiva do Sindicato, em conformidade com agenda contendo datas e horários das visitas, que deverão ser encaminhadas à apreciação da direção das empresas.

CLÁUSULA 17ª – Responsabilidade Funcional

O motorista e/ou manobrista é o responsável pela segurança e integridade do veículo e dos passageiros durante o período em que estiver em serviço, cabendo-lhe comunicar, em prazo razoável, as empresas os incidentes e/ou acidentes ocorridos, bem como adotar providências imediatas de preservação do patrimônio e zelo pela segurança dos passageiros e terceiros, em conformidade com instruções e regulamentos das empresas.

Parágrafo Primeiro - O descumprimento, por imprudência, imperícia, negligência ou dolo, das obrigações profissionais afetas aos motoristas e/ou manobristas, apurado em documento elaborado pela autoridade competente ou por organismo hábil das empresas, os responsabilizam civil e administrativamente, aplicando-se-lhes, no caso, o disposto no § 1º, art. 462, da CLT, para todos os fins e efeitos.

Parágrafo Segundo - Em caso de furto ou roubo, o motorista e cobrador, imediatamente comunicarão o fato à autoridade policial e ao seu superior hierárquico, presumindo-se, até prova em contrário, à isenção de responsabilidade civil, penal ou trabalhista.

CLÁUSULA 18ª – Curso de Reciclagem

Considerando a necessidade de capacitação dos empregados em cursos especializados de transporte coletivo de passageiros, os treinamentos e cursos ofertados pelas empresas poderão ocorrer, a critério das mesmas, em horários fora da escala de trabalho programada sendo que tais horas serão computados na jornada do funcionário, podendo nesses casos ultrapassar os horários limites da jornada diária.

CLÁUSULA 19ª – Transporte após a Jornada

As empresas se comprometem a fornecer condução a seus empregados após o encerramento da jornada e trabalho, a partir 00:00 (zero hora), mesmo na ocorrência de regular transporte coletivo de passageiros, não sendo tal percurso considerado como hora *in itinere*.

Albuquerque 

CLÁUSULA 20ª – Transporte do Empregado

Os motoristas, cobradores e fiscais que atuam no sistema de transporte coletivo urbano municipal, quando estiverem com o uniforme da empresa a que pertencem, poderão ser transportados dentro da área urbana do Município atendido pela respectiva empresa sem necessidade de pagamento de passagem, hipótese em que não lhe será devido o vale transporte, não sendo, tal percurso, considerado como hora *in itinere*.

CLÁUSULA 21ª – Recebimento do PIS

As empresas se comprometem a liberar o empregado 01 (um) dia durante o ano, mediante escala compatível com a necessidade dos serviços para o recebimento do PIS, salvo se o recebimento ocorre no próprio contra-cheque do trabalhador.

CLÁUSULA 22ª – Relação Nominal de Empregados

As empresas se comprometem a fornecer ao sindicato relação nominal de todos os seus empregados, até o dia 10 de outubro de 2016.

CLÁUSULA 23ª – Do Aprendiz:

Não estão abrangidos por esta Convenção, os funcionários contratados na condição de aprendizes.

CLÁUSULA 24ª – Bilhetagem Eletrônica

Em consequência da implantação da bilhetagem eletrônica nos Sistemas de Transporte Urbano, serão mantidos os postos de trabalho dos cobradores nos veículos que atuam nesse modal, ficando as empresas responsáveis pelas definições e adequações das atividades, em face das novas necessidades decorrentes da implantação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica.

Parágrafo Único - A garantia assegurada nesta cláusula não impede que haja dispensas em decorrência de outros motivos ou fatores.

CLÁUSULA 25ª – Aposentadoria Especial – Estabilidade

As empresas que operam a modalidade de Transportes Rodoviários Intermunicipal de Passageiros não poderão rescindir o contrato de trabalho do empregado durante os últimos 12 (doze) meses de sua aposentadoria integral, hipótese em que o

empregado deverá ter 5 (cinco) anos ou mais de serviço ininterrupto de carteira assinada na empresa, ressalvados os casos de dispensa por justa causa.

CLÁUSULA 26ª – Repouso Semanal Remunerado

Face às características dos serviços prestados pelas empresas, obrigam-se os empregados a cumprirem as escalas de serviço por elas elaboradas, no que concerne aos motoristas, cobradores, bilheteiros, despachantes, fiscais, pessoal de oficinas e demais, observando-se o disposto na CLT. Se o trabalho se desenvolver em dia de feriado sem que seja dado outro descanso, a remuneração do empregado será, nesse dia, paga em dobro.

CLÁUSULA 27ª – Atestado de Afastamento de Salário

As empresas fornecerão atestados de afastamento e salário (AAS), desde que solicitado pelo empregado em vias de promover pleito previdenciário.

CLÁUSULA 28ª – Complementação de Auxílio Doença

As empresas que operam a modalidade de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros pagarão aos empregados em gozo de auxílio-doença pelo INSS, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia de afastamento, uma importância, que somada ao valor do benefício previdenciário, perfazerá o valor do seu salário contratual, limitado ao maior salário de contribuição, definido pelo INSS, vigente à época do evento, a ser pago apenas uma única vez durante a vigência desta convenção.

Parágrafo Primeiro - Considera-se salário contratual o salário-base do empregado, excluídas as demais vantagens pecuniárias, tais como horas extras, adicionais legais, entre outros.

Parágrafo Segundo - A verba complementar aqui mencionada, dado o seu caráter e finalidade, inclusive porque paga enquanto suspenso o contrato de trabalho, face ao afastamento previdenciário, não tem natureza salarial para qualquer fim ou efeito, inclusive para fins previdenciários, trabalhistas e fundiários.

CLÁUSULA 29ª – Do Aviso Prévio

No início do período de aviso prévio, o empregado poderá optar pela redução de 02 (duas) horas, no começo ou final da jornada de trabalho.

Elaborada

CLÁUSULA 30ª – Condições Especiais

O motorista que prestar serviço em linhas de ônibus interestaduais, com deslocamento que não ultrapasse 200 Km, continuará recebendo salário fixado nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - O motorista que fizer deslocamento superior a 200 Km, nas linhas interestaduais, independentemente da quilometragem que eventualmente venha executar, será, a título de gratificação, remunerado proporcionalmente as horas efetivamente trabalhadas em tais condições, considerando-se o salário básico dos motoristas daquelas linhas e categorias, por ocasião do trabalho executado, sem que isso concretize alteração de função para a qual foi contratado, sob todos os aspectos, inclusive em relação ao tratamento salarial.

Parágrafo Segundo - É de responsabilidade do empregado, que executa atividades fora do estabelecimento da empresa, o porte e preenchimento da papeleta ou ficha de horário de trabalho para veículos de passageiros de que trata a legislação competente, sendo motivo de rescisão de contrato eventual negativa de apresentação de tais documentos aos agentes habilitados para o controle e fiscalização das empresas ou do tráfego dos veículos.

CLÁUSULA 31ª – Multa de Trânsito

Em caso de multa de trânsito de responsabilidade do motorista, as empresas que operam a modalidade de Transportes Rodoviários Intermunicipal de Passageiros deverão remeter ao SINDIRODOVIÁRIOS tão logo recebam a notificação da infração, cópia da documentação do veículo acompanhada da referida notificação para fins de interposição de recurso.

Parágrafo Primeiro - A obrigatoriedade, a que se refere o caput desta cláusula, somente deverá ser cumprida quando a infração for praticada por motorista associado ao SINDIRODOVIÁRIOS.

Parágrafo Segundo - No caso de multa de trânsito, a empresa acordante somente poderá descontar da remuneração do empregado infrator o valor correspondente, após esgotados todos os prazos de recursos, com decisão final desfavorável proferida pelo órgão competente.

Parágrafo Terceiro – Havendo recurso para o CETRAN e em caso de resultado favorável ao condutor, este terá o direito ao ressarcimento do valor descontado de seu salário, corrigido nos mesmos percentuais aplicados pelo poder responsável pela autuação, tão logo o empregador receba a restituição.

ERKouzada



Parágrafo Quarto – O SINDIRODOVIÁRIOS comunicará à empresa empregadora o resultado do julgamento que for proferido no recurso final, a que se refere o parágrafo anterior.

CLÁUSULA 32ª – Consignação em Pagamento

As empresas se comprometem em promover descontos consignados na folha de pagamento dos seus empregados em razão de convênio firmado pelo SINDIRODOVIÁRIOS com entidade financeira (agente financeiro, banco ou financeira), desde que o desconto seja autorizado pelo empregado na forma do art. 545 da CLT e Súmula 342/TST.

CLÁUSULA 33ª – Mensalidade Sindical

As empresas acordantes ficam obrigadas a efetuarem descontos de 2,5% (dois ponto meio por cento) dos empregados associados ao Sindicato, a título de mensalidade sindical, devendo as importâncias descontadas ser repassadas diretamente à tesouraria do sindicato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorreu o desconto, não sendo permitido pagamento através de depósito bancário, exceto na hipótese de determinação judicial em contrário.

CLÁUSULA 34ª – Da Viação Águia Branca S.A.

O disposto nessa convenção não se aplica a empresa VIAÇÃO AGUIA BRANCA S.A., VIAÇÃO PLANETA LTDA. VIAÇÃO ALVORADA LTDA., que ficam obrigadas ao cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho de Vitória para o período de 1º de maio de 2016 à 30 de abril de 2017, na modalidade específica de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros.

CLÁUSULA 35ª – Da Prevenção de Acidentes

Considerando que o transporte coletivo de passageiros deve ser exercido com total segurança e com medidas de prevenção a acidentes, as empresas poderão promover a aferição de teor etílico e/u substâncias químicas análogas nos empregados que exercem função de motorista, através de instrumentos próprios, inclusive quando da seleção admissional.

CLÁUSULA 36ª – Da Disposição Programática

As partes convenientes se obrigam a incluir o benefício do plano de saúde individual para os empregados abrangidos por esta Convenção no próximo instrumento coletivo de trabalho a ser firmado.

Elaborado

CLÁUSULA 37ª – Foro de Eleição

As questões decorrentes do cumprimento da presente convenção serão dirimidas nos foros da Justiça do Trabalho onde ficam sediadas as empresas que vierem a ser demandadas.

VITÓRIA/ES, 30 de maio de 2016.



JERSON ANTONIO PICOLI

**Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do
Estado do Espírito Santo – SETPES**



CARLOS ROBERTO LOUZADA

**Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes
Rodoviários do Estado do Espírito Santo – SINDIRODOVIÁRIOS**